



III SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE URBANIZAÇÃO DE FAVELAS - URBFAVELAS  
Salvador - BA - Brasil

---

O QUE APRENDER COM AS RESISTÊNCIAS URBANAS

**Dauane Conceição Santos de Santana** (Universidade Tiradentes - UNIT) - [daauane@gmail.com](mailto:daauane@gmail.com)  
*Arquiteta e Urbanista (UNIT); Funcionária da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Gestão (Prefeitura Municipal de Aracaju); Técnica em Geoprocessamento; Diretora da ONG Coletivo Camaleão.*



## O QUE APRENDER COM AS RESISTÊNCIAS URBANAS

### RESUMO

O presente estudo evidencia a consolidação de uma comunidade, que se iniciou através de uma ocupação urbana, e resistiu durante 14 anos para que fosse efetivada a doação das terras. Terras que estavam desabitadas há anos, mas que mesmo assim gerou conflitos entre ocupantes e proprietários. Dentre desapropriações, manifestações e atos de violência, a comunidade resistiu no local, e se adaptaram as condições oferecidas pela natureza. Eis que surgiu vizinho ao mangue, no bairro Lamarão, através de um grupo resistente o Residencial Vitória da Resistência. Atualmente a comunidade do conjunto habitacional ainda continua buscando seus direitos e desejando melhorias para o local em que residem. Por esta razão, através da realização de intervenções urbanas participativas no espaço público do residencial, os habitantes puderam se apropriar ainda mais do meio em que vivem, fortalecendo o vínculo e a participação dos moradores no processo de construção da cidade.

**Palavras-chave: Urbanização. Resistência. Colaborativo.**

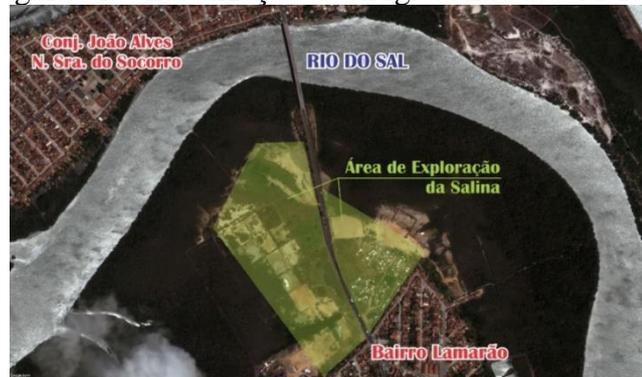
ST – 1: “Projeto, Processo, Superação de Limitações”



## 1 INTRODUÇÃO

A ocupação Vitória da Resistência foi criada numa área conhecida como Salina São Marcos, que fica situada no bairro Lamarão, zona norte do município de Aracaju (fig. 01). Após a desativação da salina, o local ficou subutilizado, restando apenas um galpão que servia como depósito de materiais para um inquilino dos antigos proprietários.

Figura 01 – Localização da antiga Salina São Marcos



Fonte: Google Earth, 2009. Elaboração: SANTANA, D. C. S. 2017.

O local compreende uma área de 91.602,20m<sup>2</sup>, e segundo Gilson Santos<sup>1</sup>, coordenador do movimento na época, a ocupação da área se iniciou em fevereiro 1999 através do Movimento Nacional de Luta pela Moradia – MNLM, formado por um grupo de pessoas que residiam em casas de familiares ou de aluguel no bairro Lamarão e bairros circunvizinhos. Com o objetivo de reivindicar a função social da terra, mesmo diante de ameaças de remoção por parte dos proprietários acompanhados da polícia, os ocupantes resistiram e construíram seus barracos com materiais precários, numa área sujeita a inundação e em condições impróprias de habitabilidade.

---

<sup>1</sup> Atualmente é Coordenador Nacional do MNLM; Conselheiro Estadual de Desenvolvimento Urbano (CONDURB) e integrante do Conselho Nacional das Cidades.



No dia 10 de março de 1999 os ocupantes sofreram a primeira reintegração de posse, e as famílias<sup>2</sup> migraram para regiões adjacentes a área, passando a ocupar terrenos vazios do bairro, principalmente a região próxima à igreja católica. Segundo o líder da ocupação, dias após a reintegração, eles tentaram ocupar a área novamente, porém como o mandato ainda estava recente, foram impedidos prontamente, havendo algumas prisões de representantes do movimento. Então as famílias realizaram manifestações, como o bloqueio (por meio de barricadas de pneus onde atearam fogo) da avenida Euclides Figueiredo que dá acesso ao conjunto João Alves, no município de Nossa Senhora de Socorro.

Permanecendo acampadas nas áreas de domínio público ao longo da Avenida Euclides Figueiredo até o ano de 2004, as famílias então puderam retornar a habitar o assentamento na antiga salina e iniciou-se o processo de negociação para urbanização da área com o Poder Público, através da apresentação da proposta de urbanização feita pelo movimento, que foi aceita e assim as famílias retornaram para o local conhecido como Invasão da Salina São Marcos. O processo continuou na gestão seguinte, e o poder público se comprometeu a elaborar um projeto e tentar captar recursos juntamente ao Governo Federal.

A cessão da área foi efetivada no nome do Município de Aracaju, através da instituição da Lei n° 3616 de 07 de outubro de 2008, que denominou a área de residencial Vitória da Resistência, nome escolhido pelo pessoal da ocupação. Com base no documento “Características da Intervenção”, elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento – SEPLAN, fornecido pela Caixa Econômica, o fundo foi direcionado para a urbanização da área de reassentamento no bairro Lamarão, situada dentro da Zona Especial de Interesse Social – ZEIS (definido pelo Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Aracaju) prevendo a implantação de equipamentos urbanos, construção de 410 unidades habitacionais e ações de infraestrutura urbana, dentre elas: abastecimento de água, drenagem pluvial, esgotamento sanitário, terraplanagem, pavimentação, iluminação pública e duas praças.

Em 2013, foi concluída a obra do residencial Vitória da Resistência, e em 19 de setembro de 2014 as casas foram entregues pela SEMFAS<sup>3</sup> às 410 famílias. Após 15 anos de

---

<sup>2</sup> O grupo originalmente era constituído por 184 famílias, que com o passar dos anos reduziu para cerca de 130

<sup>3</sup> Secretaria Municipal de Assistência Social



resistência e negociações o residencial veio a ser concluído por meio da significativa participação social, de forma que somente a partir da reivindicação do MNLM que a propriedade encontrada anteriormente sem uso - não cumprindo sua função social<sup>4</sup> - passou a cumprir seu papel, possibilitando a construção de moradia digna para a parcela da população menos favorecida. A importância da atuação dos movimentos de luta por moradia reside no ato de dar voz e visibilidade para aqueles que não são notados pelo poder público, de forma que no caso do Vitória da Resistência (Fig. 02), podemos notar que a intervenção da prefeitura só veio a ser feita a partir do diálogo que foi iniciado pelo MNLM.

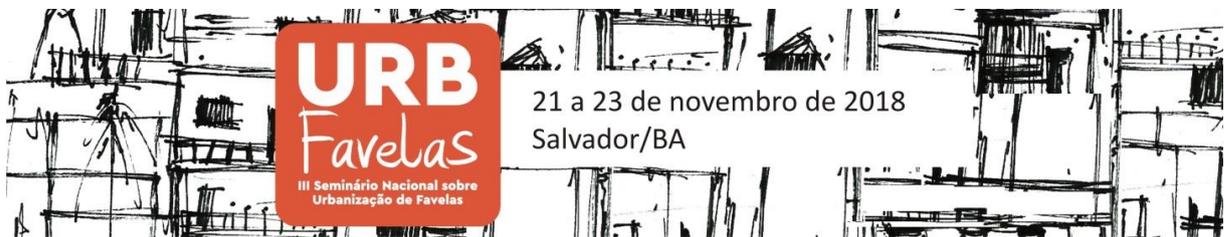
Figura 02 – Imagem de Satélite e Mapa do Residencial Vitória da Resistência



Fonte: Google Earth, 2015. Elaboração: SANTANA, D. C. S. 2017.

Apesar do residencial ser dotado de infraestrutura básica, os principais problemas da localidade são relacionados a má iluminação dos espaços públicos, sistema de drenagem e instalações hidráulica e sanitária deficientes, pavimentação precária nas principais vias de acesso, a ausência de uma unidade de saúde no bairro e a presença de apenas duas escolas municipais (que ainda assim não são suficientes para atender a todos os estudantes).

<sup>4</sup> ESTATUTO DA CIDADE - CAPÍTULO III - Do Plano Diretor Art. 39. A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas, respeitadas as diretrizes previstas no art. 2º desta Lei.



Pode-se observar que o caso do Residencial Vitória da Resistência é mais um exemplo do que vem acontecendo em diversas outras periferias urbanas do Brasil, onde se é disponibilizada a moradia, mas é grande a deficiência de infraestrutura, o descaso com os espaços verdes e de lazer, e a insuficiência de serviços públicos. Nesse contexto, entre o momento da entrega do espaço construído e o momento posterior – quando cotidianamente vivenciado – podemos ter a noção de espaço “concebido”, “vivido” e “percebido” da teoria de Lefebvre, onde no primeiro caso a abstração teórica já está no concreto. Enquanto no tocante ao “vivido”, temos a noção de que o espaço jamais será neutro e puro, pois nele se estabelece interesses, transações e necessidades; e no espaço “percebido”, nós podemos obter a percepção através da escala do indivíduo e de seu grupo, entendendo assim de fato a realidade social e espacial da cidade.

## **2 EXPERIÊNCIAS COLABORATIVAS**

As cidades são extraordinárias formas complexas que refletem inteiramente uma sociedade, que tece padrões e formas a partir da vivência coletiva no meio urbano. O espaço urbano carrega consigo simbolismos explícitos e implícitos — representações das relações de produção cotidianas — transmitindo mensagens próprias do particular, do coletivo e do vivido, expressando assim a identidade de um povo.

A identidade social leva em consideração a importância de um grupo ou aspectos sociais na constituição da identidade individual do cidadão, que é construída não apenas no grupo como algo que o indivíduo absorve para si, mas é formada principalmente por meio do sentimento de pertencimento do sujeito a um determinado grupo social.

Inevitavelmente como usuárias do espaço, as pessoas sentem a necessidade de se identificar com territórios, e de forma individual ou de forma coletiva a terra para o indivíduo deve ter sentido de “próprio”, para que desta relação de afinidade e pertencimento se constitua sua personalidade e suas relações sociais. É deste sentimento de pertencimento e



familiaridade que surge o sentido de apropriação e que é construído e reconstruído com o decorrer do tempo como resultante de um processo dialético.

Existe uma relação entre o sujeito e o entorno, o que resulta numa transformação mútua e esta relação está submetida a condutas que modificam o espaço e inserem o ser humano no meio. As transformações do meio pelo homem são diretamente relacionadas às suas necessidades, emoções, expectativas e vivências, que vão marcando a história do sujeito que por sua vez deixa suas marcas no espaço/tempo. A relação vem a ser recíproca, e o sujeito sente que de alguma forma está ligado ao lugar, o que poderia ser denominado de apropriação, que ocorre quando o “eu” se inscreve num lugar geográfico, enraizando-se e definindo aquele lugar como importante, buscando segurança através dessa ligação.

No entanto Lefebvre (1994) alerta que ao mesmo tempo em que o espaço carrega consigo simbolismos próprios do cotidiano coletivo e particular, ele também transmite mensagens hegemônicas do poder e da dominação, que moldam as relações sociais de produção. A apropriação da cidade é, portanto, submetida aos valores globais do capitalismo, ligando-a ao valor de uso, o que Lefebvre denominou de “*ordem próxima*” e ao valor de troca, denominada “*ordem distante*”.

O que se observa é a imposição de uma ordem que vem interferindo no desenvolvimento do sentimento de pertencimento e apropriação da sociedade. Esse aspecto é gerado pela globalização econômica neoliberal dominante que afeta, por exemplo, o espaço urbano provocando o desaparecimento dos espaços públicos tradicionais, que se estabelecem como importantes espaços de discussão, interação e troca, substituindo pela criação de ambientes privados que pretendem agregar consumidores.

A partir da experiência coletiva e da reunião de grupos com interesses em comum, surgem conexões que percorrem o espaço da *urbe* e muitas vezes quebram regras impostas, são estas relações denominadas *micro-resistências* que tem a capacidade de mover e produzir o desenvolvimento urbano.

Ao identificar as micro-resistências como movimento que vai de encontro ao processo de espetacularização urbana, são notadas três questões fundamentais: a relação do



corpo com a cidade; os conflitos no espaço público; e a vitalidade e vigor da vida pública das regiões mais populares e informais das cidades, classificadas como *zonas urbanas opacas* por Milton Santos.

A atuação das micro-resistências no espaço público por parte da população mais pobre é por vezes imposta a negação e sofrem repressão, para que não se tornem visíveis para a *zona luminosa*. Esse fato decorre da espetacularização urbana contemporânea (JACQUES, 2004) - que exclui dos holofotes o que acontece em comunidades periféricas – sendo um dos maiores responsáveis pelo empobrecimento das experiências corporais no espaço público contemporâneo. As diversas formas de adaptação dos espaços opacos da cidade são por vezes ocultadas, reduzidas e reprimidas; e por mais que a prática (coletivamente adaptada) seja geradora de vitalidade urbana, de acordo com a “lógica espetacular”, os espaços públicos devem ser devidamente organizados e assepsiados por projetos urbanos que visam a revitalização do lugar – na maioria das vezes sem envolvimento com a população – com o objetivo de torná-lo apenas mais um espaço luminoso, midiático e espetacular.

Jaques (2010) afirma que é importante ter o entendimento de que a crítica ao espetáculo pacificador (que padroniza) também faz parte deste processo de espetacularização e que a resistência a este processo lhe é inerente, intrínseca e mais, que essa crítica só pode ser de fato tensionadora ou problematizadora de dentro do próprio processo, mas em outra escala ou registro, em forma de *infiltração*, de pequenos desvios, *ações moleculares* (GUATTARI, F. E ROLNIK, S., 1968), ou seja, enquanto micro-resistências.

No uso cotidiano da cidade, quando no decorrer de uma experiência não planejada ou desviatória se dá o conflito por meio da contrariedade ao uso planejado, acontece uma ação molecular que derivou de um desejo de adaptação a algo que não condiz com a realidade de uso. Desejos que vão contra as regras pré-estabelecidas quebram as estruturas e explodem em todas as direções, alcançando novas conexões e crescendo de forma rizomática (horizontalmente, polimorfo e sem direção definida).

O conceito de *rizoma* foi desenvolvido por Deleuze e Guattari (1995), e trata-se de uma forma de resistência ética-estética-política, que se desenvolvem como linhas formando



uma espécie de trama que corta as multiplicidades e sempre é ultrapassado por outras linhas de intensidade.

Por menor que seja a ação ocorrerá uma quebra da estrutura padrão que se espalhará em várias direções, infiltrando-se, direcionando desejos e fazendo e desfazendo alianças. A partir a multiplicação das conexões a intensidade também de modificará e assim teremos a chance de criar novos sentidos e ambientes. A importância do desejo que passa a ser coletivo e resistente.

Mudar o processo de concepção das cidades contemporâneas de forma mais justa e igualitária se faz necessário e as práticas das camadas populares na cidade abrem um debate novo, inédito, às vezes silencioso, às vezes ruidosos com a sociedade. Apesar da notória passividade dos pobres e migrantes diante da grandeza midiática e capitalista, é na esfera comunicacional que eles diferentemente das classes ditas superiores, são fortemente ativos e por meio dessa faceta correm atrás da diminuição das carências e do futuro sonhado.

## **2.1 – INTERVENÇÃO URBANA 01 – *GRAFFITI E MAPEAMENTO***

Partindo do interesse em registrar os diálogos e experiências dos moradores do Residencial Vitória da Resistência, considerando a possibilidade de dar voz e destaque ao agente do espaço, o método utilizado foi a Cartografia Social. Esse procedimento realiza mais que o mapeamento físico, trata de movimentos, relações, ordem imposta, desigualdades, lutas, enfrentamentos, modos de objetivação, de subjetivação, de práticas de resistência e liberdade.

É uma estratégia de avaliação crítica, ação política e olhar crítico que acompanha e registra relações e trajetórias. Crampton<sup>5</sup> afirma que a sensibilidade de Foucault para os aspectos geográficos e espaciais da racionalidade torna-o particularmente interessante, posto

---

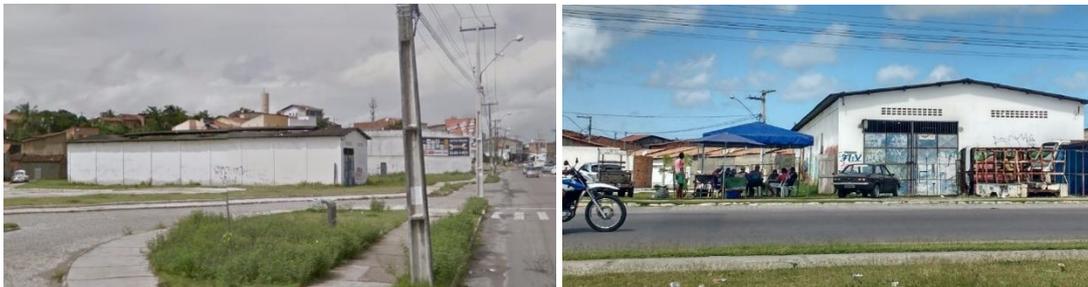
<sup>5</sup> Presente no texto *Uma introdução à cartografia crítica*. Texto publicado originalmente em *ACME: An International E-Journal for Critical Geographies*, Volume 4, Issue 1. Tradução de Carolina Apolinário de Souza



que ele demonstra que muitos problemas da esfera política necessitaram de conhecimento espacial.

Para realização do mapeamento participativo, foi promovida uma oficina de graffiti no espaço público do residencial, a partir do intuito de reunir o maior número de crianças possível para realização da pesquisa e de promover/incentivar a revitalização de um espaço degradado a partir da disseminação da arte (fig. 03).

Figura 03 – Galpão da Avenida.



Fonte: SANTANA, D. C. S. 2017.

Ao lado do “galpão da avenida” jovens e crianças se reuniram afim de aprenderem técnicas de graffiti e participarem da elaboração de um painel com o nome “Residencial Vitória da Resistência”, que foi elaborado de acordo com autorização prévia da comunidade local. Ao longo do dia foram realizadas conversas, entrevistas e brincadeiras com as crianças e jovens, além da elaboração de mapas onde eles apontaram o que viam acontecendo recorrentemente nos espaços públicos do residencial e suas vivências cotidianas (fig. 04). O resultado desse dia foi a realização de uma intervenção urbana, através da elaboração do painel que carrega o nome representativo da força da comunidade local.

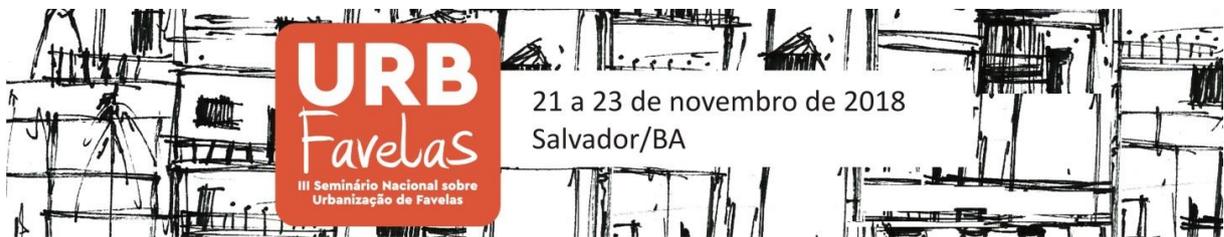


Figura 04 – Fotografia do local antes e durante a oficina.

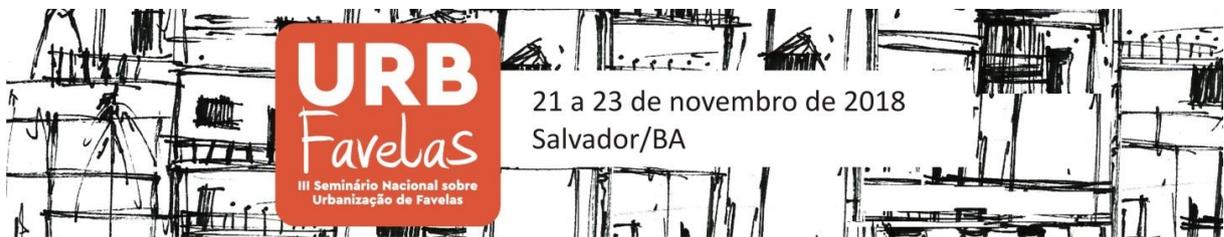


Fonte: SANTANA, D. C. S. 2017

A escolha da intervenção foi motivada pela presença do galpão que fica ao lado do que deveria ser uma praça, localizado de frente para avenida Paulo Figueiredo Barreto. E pelo fato de no conjunto não haver nenhuma placa que identifique que se trata do Vitória da Resistência, pelo motivo de que na época da inauguração a placa elaborada nomeava o conjunto em homenagem a uma figura pública da cidade, porém os moradores a recusaram pois o nome escolhido por eles desde a época da ocupação foi o Vitória da Resistência.

De acordo com a entrevista concedida pelo morador e líder comunitário Gilson Santos, este galpão foi construído quando ainda funcionava a Salina São Marcos, e posteriormente à sua desativação, a edificação permanece sendo utilizada por um antigo inquilino dos ex-donos da terra que foi cedida à comunidade. Ou seja, esse galpão legalmente pertence ao povo residente no conjunto habitacional (e conseqüentemente, a todos do bairro).

Os moradores demonstraram o desejo de revitalização do local para que houvesse um uso apropriado voltado pra comunidade (como uma unidade de saúde, quadra de esportes, espaço multiuso ou uma escola), principalmente por já realizarem encontros semanais – missa e capoeira - no entorno do local. Eles se queixam que o galpão continua servindo de depósito de sucata e de máquinas do ex-inquilino, e tal sujeito, para piorar a situação, deixa sucatas espalhadas no entorno do galpão, o que influencia o acúmulo de lixo, presença de cachorros e cavalos, e alagamentos.



Com a intenção de envolver os moradores na construção do painel, foram entregues previamente panfletos com informações da atividade. Almejando-se a realização de uma atividade colaborativa por meio da arrecadação de doações de dinheiro e materiais de apoio, o panfleto foi exposto nas redes sociais, junto com um texto explicando sobre a ação que iria ser realizada no galpão do residencial. Além desse meio, também foram enviados ofícios em busca de patrocínios para algumas empresas, e para EMSURB<sup>6</sup> afim de conseguir a montagem da tenda ao lado do galpão no dia da oficina.

Apesar de atrairmos muitos olhares de adultos curiosos, uma maior aproximação foi iniciada pelas crianças (Fig. 05). A medida que iam chegando no local para aprender técnicas de utilização de tintas em spray, fomos conversando sobre a vivência no residencial, e seus relatos eram cheios de detalhes, o que possibilitou um amplo diagnóstico (Fig. 06).

Figura 05 – Morador observando e Crianças praticando o posicionamento da lata de tinta



Fonte: Kaio Espínola, 2017.

<sup>6</sup> Empresa Municipal de Serviços Urbanos.



Figura 06 – Momento do mapeamento com as crianças.



Fonte: Kaio Espínola, 2017.

Durante a intervenção frequentemente algum transeunte parava no local para observar e conversar conosco. Apesar de realizar o mapeamento com moradores de idades variadas<sup>7</sup>, com as crianças pôde-se ter uma visão mais clara das necessidades do residencial, pois eles apontavam exatamente o local e quantas vezes algum fato ocorreu, como por exemplo os locais onde acontecia assaltos com frequência, onde abandonavam cachorros, os locais em que eles soltavam pipa todos os dias e em qual trecho da avenida aconteciam acidentes corriqueiramente.

Enxergando as relações, ligações e cooperação que se deram na rede que possibilitou a promoção da intervenção urbana; podemos visualizar tal ação como um sistema *rizomático*, que partiu de um grupo (uma parte da raiz) e se espalhou horizontalmente por entre vários outros grupos e setores do sistema da cidade. Por meio da colaboração essa intervenção alcançou e envolveu o setor público, privado, acadêmico e pessoas de várias idades; que se reunirão em benefício de uma ação coletiva que promoveu a revitalização de um espaço degradado, a educação sobre a utilização dos espaços públicos e a disseminação da arte (Fig. 07).

<sup>7</sup> 15 mulheres – faixa etária: 17 a 73 anos; 16 homens – faixa etária: 16 a 79 anos; 20 crianças – faixa etária: 3 a 14 anos;

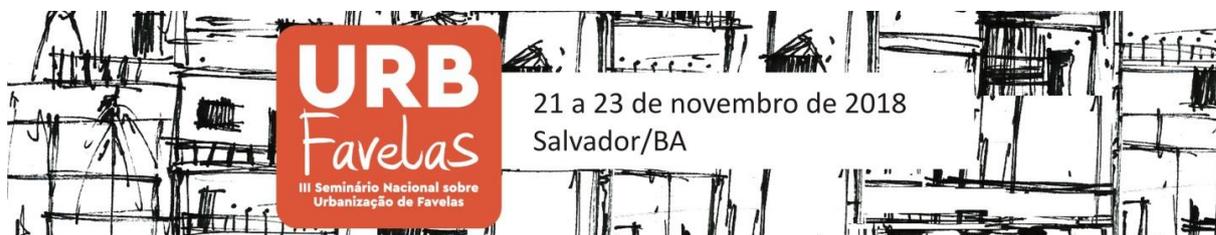


Figura 07 – Apoiadores, crianças e resultado da intervenção na parede ao fundo.



Fonte: Kaio Espínola, 2017

## 2.1 – INTERVENÇÃO URBANA 02 – *PLANTIO E EDUCAÇÃO AMBIENTAL*

A partir da primeira intervenção os moradores relataram que gostariam que retornássemos para dar continuidade ao painel e realizar outras atividades junto a eles, pois o sentimento de comunidade estava enfraquecido e já não era o mesmo da época da ocupação, e eles acreditavam que momentos como a intervenção poderia os unir mais. Após a primeira intervenção os moradores se animaram em buscar uma utilização para o galpão e para a praça junto à prefeitura (por meio do envio de ofício), e segundo relatos da comunidade, passaram a utilizar mais o espaço ao lado do graffiti pois admiravam bastante a arte.

Do grupo de estudantes e profissionais que apoiou a primeira intervenção, surgiu o sentimento de esperança e engajamento cidadão. Assim com o objetivo de continuar realizando intervenções urbanas em comunidades carentes, surgiu o Coletivo Camaleão<sup>8</sup>, formada por uma equipe multidisciplinar que retornou ao Vitória da Resistência após 8 meses, e encontrou o painel em perfeitas condições.

Como um dos problemas identificados a partir da pesquisa foi a ausência de arborização e insalubridade gerada a partir de dejetos de animais e sucata, foi idealizada a

<sup>8</sup> Rede social do coletivo (instagram): @coletivo.camaleao



segunda intervenção urbana, que consistiria na limpeza, arborização da área e educação ambiental.

A comunidade foi informada que haveria um dia de plantio, e todos foram convidados a participar da ação que aconteceu em maio de 2018. Para a execução da intervenção foram obtidas de forma colaborativa 13 mudas de árvores, 45 mudas arbustivas<sup>9</sup>, terra preta, adubo orgânico, pneus, ferramentas, tenda e materiais de apoio (Fig. 07).

Figura 07 – Mudas e alguns materiais utilizados na intervenção.



Fonte: Igor Carvalho, 2018

Durante o dia da ação, foram divididas as equipes responsáveis pelo plantio, pintura e educação ambiental. Assim dentre profissionais de Design, Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Florestal e etc.; os moradores puderam aprender técnicas de plantio, pintura com stencil e sobre sustentabilidade ambiental (Fig. 08).

<sup>9</sup> De forma gratuita, através do horto municipal



Figura 08 – Moradores e coletivo trabalhando no espaço.



Fonte: SANTANA, D. C. S. 2018.

Os moradores e as crianças foram incentivados a cuidar do espaço que estávamos trabalhando, e por meio da confecção de placas e pintura dos pneus que serviriam como canteiro para os arbustos, assim procurou-se gerar o afeto e zelo pelo que estava sendo construído coletivamente (Fig. 09). Os adultos que se dispuseram a ajudar, colocaram a “mão na massa” junto com os integrantes do coletivo na confecção das cercas e plantio das árvores, enquanto as crianças ficaram responsáveis pelas pinturas e plantio (Fig. 10).

Figura 09 – Pintura com stencil e plantio com as crianças do residencial.



Fonte: SANTANA, D. C. S. 2018.



Figura 10 – Moradores durante o plantio.



Fonte: SANTANA, D. C. S. 2018.

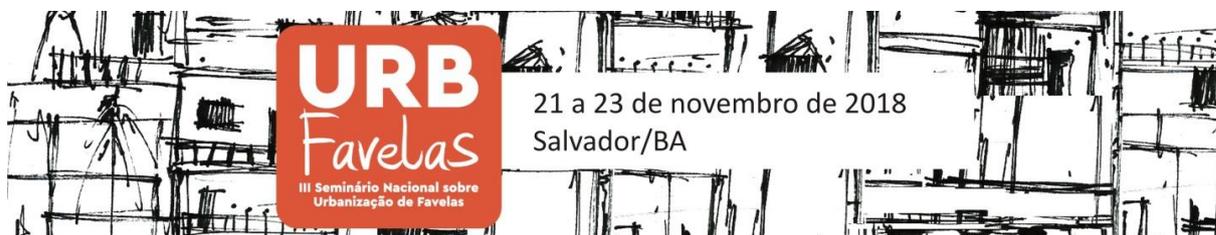
Antes do momento da plantação, os participantes foram instruídos quanto aos cuidados e características de cada espécie (Fig. 11). As crianças participaram de atividades lúdicas que envolviam cada um com o meio ambiente, além disso foi desenvolvida uma dinâmica que consistiu na divisão de dois grupos nomeados “sustentáveis” e “insustentáveis”, e tiveram que fazer uma colagem com objetos sustentáveis e insustentáveis presentes na praça durante determinado tempo estabelecido.

Figura 11 – Momento de instruções de plantio, cuidados e características de cada espécie arbórea.



Fonte: Alef Freire, 2018.

Durante e após a intervenção, a comunidade demonstrou preocupação com a conservação das plantas por causa da presença dos cavalos e cachorros no local. Mas se comprometeram a conversar com os donos dos animais para que não os deixassem soltos no



local. Após uma semana da intervenção (06 de maio de 2017) retornamos ao local no dia em que a missa é realizada, para aproveitar a oportunidade de encontrar parte dos moradores reunidos e conversar sobre a conservação do lugar e sobre a afetividade com os espaços públicos.

Passados 2 meses da urbanização da área, as plaquinhas com o nome das espécies, cercas e canteiros continuavam no lugar e em perfeito estado, e todas as árvores e arbustos estão prosperando (Fig. 12 e 13). Os moradores falaram que o senso de união e comunidade estava enfraquecido, mas que agora estão cuidando mais do espaço público do residencial e que cada morador adotou uma árvore para cuidar e regar diariamente. As crianças igualmente aos adultos, continuam regando e cuidando para que não joguem lixo no local.

Figura 12 – Mudanças após 2 meses de plantio



Fonte: SANTANA, D. C. S. 2018.

13 - Registros do local pós-intervenção



Fonte: SANTANA, D. C. S. 2018.



### 3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa no Residencial Vitória da Resistência foi possível constatar que no tocante aos espaços públicos a carência é enorme, porém o povo resiste e se adequa da melhor maneira que podem. Viver com direitos reduzidos é um grande desafio, mas desde o início a comunidade do Vitória se organiza em prol de objetivos em comum, dessa união resultou a construção das suas moradias, e esse laço se perpetua por meio da realização de atividades grupais como a missa religiosa semanal, aulas de capoeira, a participação nas intervenções realizadas, aulas de reforço voluntárias e do interesse de grande parte dos moradores em fortalecer o senso de comunidade.

O grupo social ao qual se enquadra a comunidade que resistiu na ocupação e que reside atualmente no local, é fortemente estigmatizada pela sociedade e pela mídia, que por vezes não reconhece suas conquistas e não valoriza suas lutas diárias em busca de acesso à saúde, educação, lazer, emprego e etc. É preciso dar maior visibilidade a esse potencial periférico, onde encontramos vigor, iniciativa, criatividade, união e esperança.

Apesar de ter sido provida a moradia, o acesso à cidade “luminosa” e o diálogo entre poder público e população é necessário para que se tenha uma melhor qualidade de vida e boa relação com o espaço urbano. O que se constatou durante a pesquisa foi a necessidade de uma mudança na forma de dialogar com a população que não teve acesso à educação superior e isso não representa uma “diminuição” do profissional, e tampouco do morador. A questão que deve ser levada em consideração é somente a oportunidade de um diálogo efetivo e mais recíproco.

Esse fato é evidente nas relações entre comunidade e setor público, quando por vezes em audiências a população não entende o que está sendo abordado, e o poder público não se interessa em explicar de forma que eles possam compreender. Para que seja iniciado qualquer processo de mudança a comunicação plena e clara entre todos os atores envolvidos é indispensável. Diante desse cenário vemos na atuação de atores sociais como as ONGs e Coletivos urbanos uma oportunidade de facilitar essa comunicação, assim por meio da



aproximação da comunidade e do trabalho coletivo é possível realizar mudanças no cenário urbano e na vida das pessoas.

O desejo de mudar aspectos da vivência no conjunto habitacional se faz presente no discurso dos moradores que se envolveram com o mapeamento e intervenções, e quando esse desejo foi posto em prática com atitudes como o plantio, pudemos observar que a construção a várias mãos fomentou o apreço e perpetuou a preservação do espaço através da redução do acúmulo de lixo no local, e da conservação e zelo das plantas.

Nas pequenas formas de ações não planejadas e desviatórias reside a apropriação dos espaços do residencial, onde os residentes o utilizam da forma como está, mas do jeito que melhor se adequa às suas necessidades. Esses pequenos “desvios de função” podem ser considerados como uma “micro-resistência”, que contraria o padrão pré-estabelecido para o uso daquele local.

Partindo do ponto de que aquela comunidade é originária de uma forma de resistência e que resiste atualmente às condições de vida a qual são submetidas, podemos observar que estas ações que vão contra regras pré-estabelecidas e quebram as estruturas, alcançando conexões com novos grupos e meios da sociedade, crescem de forma *rizomática*.

A partir da multiplicação da comunicação e conexão, é formada uma espécie de trama que se desenvolve de forma horizontal, polimorfa e sem direções definidas. Ao analisar o sistema de relações das cidades, podemos perceber que a trama é formada pela multiplicidade e por linhas variadas de intensidade. Por menor que seja a ação (como as intervenções realizadas no entorno do galpão), acontecerá a quebra da estrutura padrão, e aquela iniciativa se espalhará por todas as direções.

Mudar o processo de planejamento das cidades contemporâneas se faz necessário, a crescente tendência a segregação, segmentação e descaso com a infraestrutura da periferia deve ser sanada, e mediante a análise feita, conclui-se que para promoção de melhorias nos espaços da cidade deve-se contar com a ampla participação popular, dos agentes públicos e privados, da classe acadêmica e dos demais atores sociais que estão envolvidos na questão habitacional urbana.



A produção desta pesquisa possibilita a realização de futuras análises a respeito da apropriação do espaço urbano, com foco em forças comunitárias organizadas. A partir da realização de ações colaborativas, buscou infiltrar-se no sistema como forma de ação microresistente, por meio da aproximação da comunidade que nos é escassa no meio acadêmico e profissional.

## REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (Org.). **Cartografias Sociais e Território**. Coleção Território, ambiente e conflitos sociais, n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2008.

FILHO, Kleber Prado; TETI, Marcela Montalvão. **A Cartografia como método para as ciências humanas e sociais**. UFSC/UFRJ. Disponível em: <<https://online.unisc.br/seer/index.php/barbaroi/article/view/2471/2743>> Acesso em: 16 abr. 2017.

GUATTARI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica: Cartografias do desejo**. 4. Ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

GUATTARI, Félix; Deleuze Gilles. **Mil Platôs (Capitalismo e Esquizofrenia)**. Vol. 1. São Paulo: Editora 34, 1995.

JACQUES, P. B. **Espetacularização Urbana Contemporânea**. Cadernos PPG-AU/

UFBA, Salvador, v. 3, número especial, 2004. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/ppgau/article/view/1684>> Acesso em: 01 out. 2017

KUSTER, Eliana; PECHMAN, Robert. **Também sem a feli(z) cidade se vive: Um panorama dos encontros e desencontros pelas ruas das cidades contemporâneas. Zonas de Tensão: Em busca de micro-resistências urbanas**. Corpocidade: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. Disponível em:



<[http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO\\_CORPOCIDADE.pdf](http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf)> Acesso em: 07 set. 2017.

LEFEBVRE, Henri. **O Direito à Cidade**. 5. Ed. São Paulo: Editora Centauro, 2001.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2009.

SOUZA, Rodrigo Matos de. **Rizoma Deleuze-Guattariano: Representação, Conceito e Algumas Aproximações com a Educação**. Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação. Número 18: maio-out/2012, p. 234-259.